

# PROCEDIMENTOS ESTRATÉGICOS A PARTIR DAS INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS ACIDENTÁRIAS NA VISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Leonardo Osório Mendonça  
leonardo.mendonca@mpt.mp.br  
Procurador do Trabalho  
Coordenador Nacional da CODEMAT

## AGRADECIMENTOS PELO CONVITE

## APRESENTAÇÃO

IMPORTÂNCIA DO DIA 28 DE ABRIL NA DISCUSSÃO DO TEMA – EFICÁCIA A LEI N. 11,121/2005

“O Ministério Público nem é governo, nem oposição. O Ministério Público é constitucional; é a Constituição em ação, em nome da sociedade, do interesse público, da defesa do regime, da eficácia e da salvaguarda das instituições.” (Paulo Bonavides)

### COORDENADORIAS TEMÁTICAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO:

- CODEMAT – COORDENADORIA NACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO;
- COORDINFÂNCIA – COORDENADORIA NACIONAL DE COMBATE À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ;
- CONAETE – COORDENADORIA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO;
- COORDIGUALDADE – COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO;;
- CONAFRET – COORDENADORIA NACIONAL DE COMBATE AS FRAUDES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO;
- CONALIS – COORDENADORIA NACIONAL DE LIBERDADE SINDICAL;
- CONATPA – COORDENADORIA NACIONAL DO TRABALHO PORTUÁRIO E AQUAVIÁRIO;
- CONAP – COORDENADORIA NACIONAL DE COMBATE AS FRAUDES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Importância da CODEMAT;

Projetos de atuação e Grupos de Trabalho;

Relação da CODEMAT com outras instituições;

Inter relação da CODEMAT com as demais coordenadorias  
temáticas do Ministério Público do Trabalho;

Papel preventivo da atuação da CODEMAT.

Atuação da CODEMAT por projetos desde o início de suas  
atividades.

Conceito de perícia, de acordo com o dicionário Aurélio:

**“Sabedoria, prática, experiência, habilidade em alguma ciência ou arte.”**

A perícia tem sua origem histórica na figura do “louvado”, que era o escolhido pelos reis, príncipes, nobres e imperadores para emitir opiniões em assuntos que necessitavam conhecimento especializado.

A perícia ainda pode ser definida como o exame de situações ou fatos, relacionadas a coisas ou pessoas, realizado por um ou mais especialistas na matéria, com o objetivo de elucidar determinados aspectos técnicos.

- Projeto Frigoríficos;
- Projeto Banimento do Amianto no Brasil;
- - Projeto da Construção Civil;

Destacar a atuação do Ministério Público do Trabalho em situações diversa dos inquéritos civis e ações civis públicas.

- CAPI – Coordenadoria de Análise e Pesquisa de Informações;
- Instituída em 07 de agosto de 2014 pela Portaria 467 do Procurador Geral do Trabalho;
- Agilidade nas informações;
- De acordo com a Lei Complementar n. 75/93, o Ministério Público tem acesso a todos os sistemas de bancos de dados oficiais;
- Modelo antigo e o modelo atual de coleta de informações;

- - Alguns dos convênios e dados constantes no sistema CAPI do Ministério Público do Trabalho
- CAT WEB;
- CNIS;
- SISBEN
- RAIS
- COAF.

- Atualmente, um Procurador do Trabalho consegue acessar todos esses sistemas, sem a necessidade de expedir ofícios aos órgãos públicos, porque a base de dados está toda sistematizada e tratada no CAPI do Ministério Público do Trabalho;
- Além do mais, o CAPI permite que o Procurador do Trabalho faça a pesquisa de acordo com as suas necessidades. A mesma pode ser feita por CNAE, CID, CNPJ geral ou CNPJ específico das empresas, ou por qualquer outro critério de identificação constante no documento de origem;
- Permitirá com que o Ministério Público do Trabalho, **OS ORGÃOS PARCEIROS**, e a própria sociedade possam, a partir de qualquer critério de escolha, entender o quadro de adoecimento e morte no trabalho no Brasil



- Como exemplos de perícias mais comuns na Justiça do Trabalho, podemos destacar:
  - Perícias realizadas para caracterização de insalubridade ou periculosidade  
De acordo com a Orientação Jurisprudencial n. 165 da Seção de Dissídios Individuais I do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, este tipo de perícia pode ser realizada por engenheiro ou por médico;
  - Perícias realizadas para a caracterização de aquisição de doença ocupacional (a ser realizada exclusivamente por médico do trabalho);
  - Perícias contábeis para liquidação de sentenças de difícil apuração ou que necessitam de elementos externos aos autos para a sua elaboração.

- CONCEITO DE PERÍCIA MÉDICA

“Ato médico, que será realizado como consequência (a) de requisição formal de autoridade policial ou judiciária, quando essa autoridade dela necessita para a formação de convicção na execução de suas funções, (b) em cumprimento as normas legais em serviços públicos; (c) **para usufruir dos benefícios de previdência social,** (d) ou de benefícios contratados com seguradoras, e, por fim (e) na aplicação de cláusulas de contratos com seguradoras ou planos de saúde.”

Tipos de perícia médica:

- Perícia Judicial (regras definidas pelos Códigos de Processo Civil e Processo Penal);
- Perícia Administrativa;
- Perícia securitária;
- Perícia previdenciária.
- Perícia médico-legal.

- A PERÍCIA PREVIDENCIÁRIA:
- - Finalidade – estabelecer um parecer técnico conclusivo na avaliação da capacidade laborativa do segurado ou dependente (este para fins de recebimento de pensão), para o recebimento de benefícios previdenciários previstos em lei.
- Cabe a perícia previdenciária, ainda, analisar o enquadramento dos requerentes para o recebimento de benefícios assistenciais (benefício de prestação continuada) e indenizatórios (portadores de Síndrome de Talidomida).

- Algumas diferenças entre a atividade da atividade médica tradicional e da perícia médica previdenciária
- - Objetivos da consulta/perícia;
- Escolha/imposição do médico para a realização da consulta;
- Destinatário do objeto da consulta/perícia
- Existência de relação médico/paciente nas perícias médicas??
- Atribuições e deveres do perito-médico de instituições previdenciárias e seguradoras (de acordo com o artigo 6 da Resolução n. 1.488/98 do Conselho Federal de Medicina).
- - avaliar a capacidade do segurado, através do exame clínico, analisando documentos, provas e laudos referentes ao caso;
- - subsidiar tecnicamente a decisão para a concessão do benefício

- comunicar, por escrito, o resultado do exame médico pericial ao periciando, com a devida identificação do perito-médico (CRM, nome e matrícula);
- orientar o periciando para tratamento quando eventualmente não estiver fazendo e encaminhá-lo para a reabilitação, quando necessária.

De acordo com o Manual de Perícia Médica da Previdência Social, são as seguintes as atribuições dos Médicos Peritos:

- Realizar exames médicos-periciais nos estabelecimentos do INSS, domicílios ou hospitais;
- Fazer visitas de inspeção nos locais de trabalho para o reconhecimento do nexu técnico, nos casos de **doença profissional** e das **doenças do trabalho** e para fins de **aposentadoria especial**;

- - Requisitar, quando necessário, exames complementares e pareceres especializados;
- - Preencher os laudos e os campos de conclusão da perícia médica;
- - Preencher e entregar os laudos e os campos da conclusão de perícia médica de sua competência;
- - Preencher e entregar ao segurado a Comunicação de Resultado de Exame Médico (CREM) ou a Comunicação de Resultado de Exame de Requerimento;
- - Orientar o segurado, em caso de inconformismo, para interposição de recurso à JR/CRPS;
- - Avaliar o potencial laborativo do segurado em gozo de benefício por incapacidade , com vistas ao encaminhamento para a reabilitação profissional;

- - Participar de Junta Médica nos casos de exame médico-pericial em fase de recurso;
- - Zelar pela observância do Código de Ética Médica;
- - Comunicar a chefia imediata, obrigatoriamente, qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- - Manter-se atualizado sobre Notas Técnicas, Atos Normativos e Legislação Previdenciária referentes à concessão de benefícios por incapacidade;
- - Emitir pareceres técnicos em juízo quando convocado ou indicado como Assistente Técnico do INSS;
- - Participar das revisões de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, LOAS;
- - Analisar o laudo técnico e o formulário emitidos pela empresa, com vistas a concessão do benefício (aposentadoria especial);

- - Assessorar tecnicamente a área de benefícios sempre que necessário;
- - Prestar informações quantitativas e qualitativas sobre o andamento dos trabalhos nos Setores de Perícia Médica da Agência da Previdência Social / Unidade de Administração Avançada à Gerência e a chefia do Serviço/Seção de Gerenciamento de Benefícios por Incapacidade.



# Benefícios Previdenciários que necessitam de Perícia Médica para a sua concessão

- A) Espécie 31 – Auxílio Doença Previdenciário (Auxílio incapacidade) – “É o benefício a que tem direito o segurado que, após cumprir a carência, quando for o caso, ficar **incapaz** para o trabalho (mesmo que temporariamente), por doença por mais de 15 dias consecutivos”.
- A empresa é responsável pelo pagamento de salários nos primeiros quinze dias de afastamento.
- A doença não precisa ser relacionada ao contrato de trabalho para o benefício ser concedido;
- B) Espécie 32 – Aposentadoria por Invalidez – “Benefício devido ao trabalhador permanentemente **incapaz** de exercer qualquer atividade laborativa, e que também **não possa ser reabilitado** em outra profissão, de acordo com a avaliação da perícia médica do INSS. O benefício é pago enquanto persistir a incapacidade e pode ser reavaliado pelo INSS a cada dois anos.
- Inicialmente o cidadão deve requerer um auxílio-doença, que possui os mesmos requisitos da aposentadoria por invalidez. Caso a perícia-médica constate incapacidade permanente para o trabalho, sem possibilidade de reabilitação em outra função, a aposentadoria por invalidez será indicada.

- c) Espécie 36 - Auxílio-acidente previdenciário - “Benefício previdenciário que é pago mensalmente ao segurado empregado (exceto o doméstico), ao trabalhador avulso e ao segurado especial, conforme art. 18, § 1 da Lei nº. 8.213/91, como indenização pela incapacidade ao trabalho, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza resultar em sequelas definitivas que impliquem a redução da capacidade de trabalho que habitualmente exercia.
- O objetivo do auxílio acidente é a complementação dos gastos de quem se encontra com a capacidade para o trabalho reduzida ou sem condições de auferir remuneração compatível com sua antiga habilitação profissional, tendo por isso natureza indenizatória.
- É o único benefício previdenciário concedido apenas com cunho indenizatório, pela perda laboral do trabalhador após a ocorrência de qualquer tipo de acidente;
- Devido a partir do primeiro dia útil seguinte ao da cessação do auxílio acidente, sendo vedada a sua acumulação com qualquer tipo de aposentadoria.

- D) Benefício 91 – Auxílio Doença Acidentário – É o benefício devido ao segurado empregado que ficar incapacitado para o trabalho em decorrência de acidente do trabalho e ou doença ocupacional.
- Devido pela Previdência Social a partir do décimo sexto dia de afastamento de funcionário que sofreu acidente de trabalho.
- Segundo o Manual de Perícias da Previdência Social - “O acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício de trabalho, a serviço da empresa, ou ainda pelo exercício de trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho permanente ou temporariamente.
- Equiparam-se a acidente de trabalho:
  - - As doenças profissionais – produzida ou desencadeada em função de condições pelo exercício de trabalho peculiar a determinada atividade e constante da relação constate do Anexo II do Decreto n. 3.048/99/
  - - As doenças do trabalho – adquiridas ou desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, desde que provoque lesão ou perturbação que acarrete na perda da capacidade laboral.
- Obrigatoriedade das empresas emitirem a CAT;
- Aplicação do NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico;
- Importância do cruzamento de informações;
- -

- Também são acidentes de trabalho:
- Ocorrido no local de trabalho;
- Ligado ao trabalho e que tenha contribuído para a morte, redução ou perda da capacidade do segurado para o trabalho ou produzido lesão que exija atenção médica, mesmo que não seja a única causa para da doença;
- Proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;
- No trajeto casa/empresa/casa;
- Na execução de ordens, em viagens para trabalhou ou estudo (quando financiado pela empresa para qualificação da mão de obra) ou em trabalho externo para a empresa, mesmo que em serviço espontâneo.

- Aposentadoria por Invalidez Acidente de Trabalho – Benefício 92.
- Concedida para os segurados que, após sofrerem acidente de trabalho, foram considerados incapacitados para a realização de qualquer atividade para a garantia de seu sustento.

- **Aposentadoria especial** – Benefício 46 – O benefício previdenciário de aposentadoria especial é uma espécie de aposentadoria por tempo de contribuição, com redução do tempo de contribuição em razão do exercício de atividades consideradas prejudiciais à integridade física ou à saúde do trabalhador, através de agentes perigosos ou nocivos, podendo ser químicos, físicos ou biológicos.
- A finalidade deste benefício é de amparar o trabalhador que laborou em condições nocivas e perigosas à sua saúde.
- Deve-se observar que, para a obtenção do benefício, não é necessária a comprovação de qualquer prejuízo físico ou mental do segurado – o direito ao benefício de aposentadoria especial decorre do tempo de exposição, independente da existência de sequela, sendo que esta é presumida.
  
- **Salário maternidade** – Benefício 80 – O salário-maternidade é um benefício pago à trabalhadora em caso de parto e aborto não-criminoso, ou ao adotante nos casos de adoção ou guarda judicial com essa finalidade
  
- **Pensão Especial Vítimas Talidomida** – Benefício 56 – Este é um benefício específico aos portadores da Síndrome da Talidomida (por conta da utilização de um remédio com este nome produzido na Alemanha pelas mães das vítimas) nascidos a partir de 1º de março de 1958, data do início da comercialização da droga denominada Talidomida no Brasil. Trata-se de uma pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível.
  
- **Amparo Social a Pessoa Portadora de Deficiência** – Benefício de Prestação Continuada e de cunho eminentemente assistencial – Constatação da deficiência do beneficiário. Benefício devido pela assistência social

- Também necessitam de perícia médica previdenciária (nestes casos a perícia se limita a constatação de invalidez em dependente maior de idade):
  - - Benefício 21 – Pensão por morte;
  - - Benefício 25 – Pensão Auxílio reclusão;
- Benefício 93 – Pensão por morte Acidente de Trabalho.